



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL: para uma análise de totalidade nas trilhas do GTP

TÂNIA MARIA RAMOS DE GODOI DINIZ ¹

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo reconstruir a trilha do Grupo Temático de Pesquisa Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social (GTPQAUASS) após 10 anos de existência. A pesquisa realizada nos relatórios elaborados pelas coordenações apontou uma agenda de trabalho densa, compromissada politicamente, traduzindo as tensões nos espaços acadêmicos e do exercício profissional. Os relatórios apresentaram produções coletivas dos pesquisadores; sínteses dos encontros científicos e da categoria profissional; reflexões oriundas de eventos no interior do GTP e em diálogo com outros GTPs, contribuindo na articulação teórica e política das dimensões do GTP, com vistas à análise da realidade numa perspectiva de totalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Questão agrária; Urbana; Ambiental; Serviço Social; Totalidade.

RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo reconstruir la trayectoria del Grupo de Investigación Temático Questión Agrario, Urbano Ambiental y Servicio Social (GTPQAUASS) después de 10 años de existencia. La investigación realizada en los informes elaborados por las coordinaciones señaló una agenda de trabajo densa, políticamente comprometida, traduciendo las tensiones en

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De São Paulo

los espacios académicos y de práctica profesional. Los informes presentaban producciones colectivas de los investigadores; resúmenes de reuniones científicas y de la categoría profesional; reflexiones surgidas de los acontecimientos en el interior del GTP y en diálogo con otros GTP, contribuyendo a la articulación teórico-política de las dimensiones del GTP, con miras a analizar la realidad en una perspectiva de totalidad.

PALABRAS-CLAVE: Questión Agrario; Urbano; Ambiental; Servicio Social; Totalidad.

1 INTRODUÇÃO

A história do Brasil é marcada por conflitos fundiários, sociais e ambientais, seja na cidade, no campo ou na floresta, que nos remetem ao processo de reprodução do capitalismo e sua configuração no Estado brasileiro, sustentado em uma estrutura de classes, cujas heranças coloniais e escravistas têm alimentado apropriações/produções do espaço, para expansão do capital em detrimento dos direitos sociais e humanos. Sob o pressuposto que terra e trabalho são premissas clássicas no processo de acumulação do capital, nos subsidiamos no pensamento crítico acumulado sobre o desenvolvimento brasileiro que se realiza desigualmente, seja pela restrição do acesso à terra, objeto e meio de produção do capital sob a lógica de uma sociedade patrimonialista na qual a propriedade privada tem valor fundamental, seja pelo modo como se organiza e se reproduz a força de trabalho que se constitui historicamente no país por meio de baixos salários e não contemplam a reprodução social do trabalhador, mantendo grandes contingentes sem acesso a direitos sociais básicos (MARICATO, 2001).

O desenvolvimento brasileiro ganha sentidos diversos em momentos diferentes da sua história, evidenciando interesses em disputa e desigualdades – social, econômica, política e ambiental – expressas no desemprego, na informalidade e nos salários precários, situações que submetem parte significativa da população brasileira e que contribuem para aprofundar a pobreza, o analfabetismo, doenças e moradias precárias. Segundo Carlos (2015, p. 27), valoriza-se o espaço como “expressão da realização da propriedade privada da riqueza [...] redefinindo-se os acessos aos lugares, criando interditos”. Afirma ainda

a autora (2015, p. 26) que “a extensão do capitalismo tomou o espaço, fez dele sua condição de produção, primeiro como recurso, depois como força produtiva e, finalmente, mercadoria reproduzível, o que abriu perspectiva para um novo ciclo de acumulação”.

São correlações de forças desiguais, alimentadas pela fragilidade política na construção de mecanismos de controle e regulação da propriedade privada da terra. Aliás, afirma Ianni (2004, p. 176), “toda legislação sobre as condições de trabalho, do escravo ao trabalhador livre [...] compreende uma dimensão essencial da história da terra, das pendências e conflitos sobre a posse e o uso da terra”.

Segundo Ianni (2004: 175),

A lei de 1850 foi um marco na história da terra. Extingue o princípio da doação e inaugura o da compra, para aquisição de terras devolutas. Tratava-se de dificultar o acesso à terra, por parte de ex-escravos, camaradas, imigrantes, colonos, moradores e outros. Ao mesmo tempo que favorecia a monopolização da propriedade da terra por fazendeiros e latifundiários, induzia os trabalhadores rurais a venderem a sua força de trabalho nas plantações de café, criações de gado e outras atividades.

Barros e Guimarães (2019, p. 103) acrescentam elementos importantes a essas reflexões iniciais ao apontarem as possibilidades de renovação da reprodução capitalista nas “contradições do processo de produção do espaço, com outras determinações históricas do momento atual agregadas à questão urbana e agrária”, às quais acrescentaríamos a questão ambiental como expressões de uma totalidade.

Frente a essas contradições que se aprofundam no Brasil do século XXI, com a expansão das fronteiras agrícolas e práticas predatórias do agronegócio, a produção de commodities, a usurpação e expulsão dos povos originários de suas terras, a recorrente degradação ambiental e desmatamento das florestas para dar lugar a pecuária intensiva, evidencia-se uma violenta transformação do espaço para assegurar acumulação e o lucro do capital. E mais, com uma população majoritariamente urbana, fenômeno que se intensifica a partir da industrialização nos anos 1940, vive-se, hoje, em cidades divididas, onde o Estado substitui governo por governança e abdica de seu papel de planejador e gestor do uso e ocupação do solo e o mercado assume a hegemonia na formulação da política de terras, sob as regras de um neoliberalismo que reproduz a essência do capitalismo na produção

maximizada de dinheiro, na subordinação da natureza à lógica da financeirização e na multiplicação dos espaços-mercadoria.

Dadas essas reflexões iniciais, situamos a proposta do presente texto: objetiva-se refletir sobre acúmulos produzidos pelas diferentes gestões desde a constituição do GTP Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social (QUAASS), percorrendo, ainda que de forma breve, os caminhos analíticos assumidos no decorrer da última década. E faremos isso com vistas ao “investimento nas diretrizes curriculares e sua integração dos fundamentos das ênfases do grupo, maior centralidade no debate sobre o Serviço Social e sua relação com os sujeitos políticos” (RELATÓRIO GTP QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA, AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL 2013-2014, p. 5), tendo como subsídios os relatórios de gestão. Partimos do pressuposto que, seja denominada ênfase, dimensão ou tríade, a expressão da totalidade do que chamamos agrária, urbana e ambiental contém a síntese de múltiplas determinações da realidade social, e seus fundamentos teóricos colocam exigências profissionais que devem assumir a tarefa de revelar esse real e têm desafiado a/o assistente social na articulação de mediações para o desvendamento e enfrentamento das contradições presentes nas relações sociais, diante das questões postas pela sociedade capitalista e da urgente construção de novas formas de sociabilidade.

2 O CAMINHO TRILHADO PELO GTP: reflexões sobre persistências e rupturas

O Grupo Temático de Pesquisa Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social (GTPQAUASS) compõe o conjunto dos GTPs na organização da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), entidade de cunho acadêmico científico que construiu essa estratégia dos grupos temáticos de pesquisa com vistas ao fortalecimento da pesquisa na área do Serviço Social. É importante ressaltar que a constituição dos GTPs vinculados organicamente à ABEPSS resultou de um movimento que tem início nos idos dos anos 1990 - tempos de construção de um novo projeto profissional pelas/os assistentes sociais² - quando

² Foi aprovada em assembleia geral da ABESS, em 1996, a proposta de currículo mínimo para o Serviço Social, ao tempo que era promulgada a Lei 9334 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que

ocorreu a unificação do CEDEPSS (Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social) com a ABESS (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social) para dar maior organicidade à pesquisa no Serviço Social, entre outros objetivos. Assim, a pesquisa, inserida no projeto pedagógico, deve contribuir na formação profissional integral e generalista, em acordo com as Diretrizes Curriculares. Dialoga com as exigências colocadas na Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, documento original das diretrizes, amplamente discutido e aprovado pela categoria profissional em novembro de 1996, que ressalta a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a formação profissional com vistas a:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; 2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; 3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; 4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; 5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (1996, p. 7)

Ressaltamos que estamos falando da formação de uma/um profissional que é tensionado cotidianamente pelas contradições da sociabilidade do capital e cujas respostas às requisições institucionais reclamam por maiores explicações de uma realidade social que é muito mais ampla do que a possibilidade posta para a sua apreensão. A realidade está em movimento constante e apreender esse movimento é atribuição do sujeito, ser histórico que se instrumentaliza para alcançar sua significação na análise de suas contradições, na identificação de seus nexos, numa perspectiva dialética de transformação. Mas, a preocupação do sujeito está também no movimento, no processo evolutivo, no rastreamento das conexões, na apreensão da particularidade.

Portanto, da realidade histórica, campo de múltiplas determinações, o sujeito social apreende o objeto, apropria-se de sua particularidade revelada no movimento do real e, através de concretizações sucessivas por processos de abstração,

estabeleceu as diretrizes gerais para os cursos, como um patamar mínimo e comum na formação profissional no país. (ver Caderno ABESS no. 7, São Paulo: Cortez, 1996). Em 1993, havia sido aprovada a Lei no. 8662/93, que regulamenta a profissão, e a Resolução no. 273/93, que estabelece o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social.

reaproxima-se dialeticamente da realidade factual. Esse movimento não se realiza a partir de sucessão cronológica, ao contrário, é mister apanhar “a historicidade do objeto [que] é dada pelo jogo dos antagonismos produzidos nos desenvolvimentos das forças produtivas e das relações de produção” (IANNI, 1992, p. 35).

Nesse sentido, é fundamental a pesquisa em Serviço Social, articulada ao projeto de profissão e ao projeto societário que defendemos, colocando exigências de conteúdos teóricos e políticos. Trata-se de movimento de apropriação do real que pressupõe um processo de análise teórica – que necessariamente deve acompanhar a dinâmica societária - a apropriação das matrizes do pensamento social contemporâneo, o rigor da pesquisa, a sistematização dos saberes acumulados pela profissão. Por outro lado, não é isenta de complexidade a referência à produção de conhecimentos no campo do Serviço Social. Afinal, trata-se de uma profissão cujas determinações históricas e políticas marcam-na como essencialmente interventiva e a/o assistente social como prestador de serviços frente as necessidades sociais. Todavia, essa apreensão da profissão não significa que se deva esvaziar o debate da produção do conhecimento que tem lugar no campo profissional.

Como corolário dessas anotações, duas perguntas emergem: para que pesquisamos e quem se beneficia com as pesquisas desenvolvidas pelas/os assistentes sociais? Podemos encaminhar as respostas a partir de duas considerações. Uma primeira remete à ação do Serviço Social que se materializa no real, cumprindo determinadas funções na divisão sociotécnica do trabalho, e cuja tônica predominante está na intervenção na realidade. Entretanto, referida a quadros teóricos e analíticos e frente às demandas sociais historicamente determinadas, a ação que se destaca no jogo contraditório das forças sociais, espaço de concretização do exercício profissional, chancela também a possibilidade de produzir conhecimento como resultado desse processo, conhecimento que se materializa em condutas, proposituras, atividades profissionais. Mesmo porque, esse jogo de forças presentes na particularidade dos processos nos quais está inserido a/o assistente social expressa as manifestações e formas com as quais a sociedade capitalista produz e reproduz as relações sociais. O Serviço Social se vê frente a frente, portanto, às tendências dominantes e às contra tendências, com as

dinâmicas que se contrapõem ao instituído.

O que traz às nossas reflexões uma segunda consideração importante: a qualidade da dimensão investigativa como instrumental de trabalho da/o assistente social para o desvendamento da realidade e para a produção de conhecimento. Assumir as responsabilidades da produção do conhecimento supõe superar teorismos esvaziados de condições sócio-históricas, enfrentar pragmatismos imediatistas que reproduzem a realidade acriticamente, com vistas a apreender tanto o movimento mais geral quanto as particularidades do cotidiano, para a construção de totalidades cada vez mais complexas. Assim, a pesquisa, inserida no projeto pedagógico, contribui na formação profissional integral e generalista, na produção de conhecimento que se legitima na relação do pesquisador com a realidade, nos processos de abstração que consideram de forma crítica uma ilusória neutralidade, e na capacidade de refletir sobre o mundo para dar conta de sua riqueza e complexidade, em acordo com as Diretrizes Curriculares e com os objetivos dos GTPs. E acrescentamos, a estrutura oligárquica da classe dominante brasileira nos desafia nesse debate, haja vista as raízes históricas de um passado escravocrata que se mantém vivo em valores racistas e preconceituosos, nas institucionalidades de um patrimonialismo e de um elitismo autoritários que marcam as particularidades da sociedade brasileira, na relação com o espaço, seja na cidade, no campo ou na floresta.

Um documento que trata dessa proposta de constituição dos GTPs, elaborado pela ABEPSS, orientou o debate realizado amplamente ao nível nacional, entre os anos 2008 e 2009, e alguns princípios ali postulados reafirmaram a consolidação da ABEPSS como organização acadêmico-científica. Segundo o documento, a dimensão investigativa está em todos os níveis da formação profissional, graduação e pós-graduação e, nessa direção, os GTPs devem incorporar o movimento da pesquisa nos dois níveis, incentivando e fomentando a pesquisa.

Desde os anos 1980, a maioria intelectual do Serviço Social vem sendo destacada, no que resultou no reconhecimento da área como produção de conhecimento no campo das ciências sociais. Mas, desse movimento profícuo também emergiram diversas pressões sofridas pela área para assumir critérios

orientados pelo mercado com exigências de privilegiar inovações tecnológicas, em detrimento da pesquisa básica e pesquisas nas áreas humanas e sociais.

O resultado da discussão para a formação dos GTPs é apresentado no Seminário Nacional da Pós-Graduação e Pesquisa da ABEPSS, realizado na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), em 2010, quando foi avaliada pelos presentes sua implementação no ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social) nesse mesmo ano, nos colóquios por área temática realizados pela primeira vez nesse espaço acadêmico científico.

Os GTPs são criados como um “espaço dinâmico, estimulante e efetivo de elaboração, produção e circulação do conhecimento”³, em uma direção socialmente referenciada, marcada por rigor técnico, metodológico e compromisso ético, além de se constituírem como organismos de resistência, aglutinando pesquisadores e suas produções acadêmico-científicas, alimentando e enriquecendo o debate da formação e do exercício profissional. O Estatuto da ABEPSS descreve as competências dos GTPs:

Art. 34. Os grupos temáticos – GT de pesquisa na área de Serviço Social, articulados no âmbito da ABEPSS, são formados por pesquisadores de temáticas específicas que constituem subáreas ou especialidades de conhecimento do Serviço Social.

Parágrafo único: Compete aos grupos temáticos de pesquisa:

I - propor e implementar estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa na perspectiva do fortalecimento da área do Serviço Social;

II-organizar estratégias de fortalecimento ou redimensionamento das linhas de pesquisa na área de Serviço Social;

III- realizar levantamentos permanentes das pesquisas desenvolvidas e dos eixos temáticos de cada grupo;

IV- coordenar ações acadêmico-científicas da entidade relativas aos eixos de cada grupo temático;

V- propor à diretoria estrutura de organização temática para o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS (ESTATUTO ABPESS, 2012).

Para o GTPQAUASS, dois desafios se colocaram presentes, desde o início da sua constituição, com a anuência de pesquisadores e profissionais envolvidos com a produção do conhecimento nas temáticas agrária, urbana e ambiental: um primeiro desafio está relacionado à necessária articulação do que se denominou, desde o princípio, como ênfases, dimensões ou tríades – Agrária, Urbana e Ambiental – em uma perspectiva de totalidade, tendo em vista a formação sócio

3 Disponível em: <https://www.abepss.org.br/gtps.html>. Acesso em 22 de agosto de 2022.

histórica e a lógica de acumulação do capital monopolista na estrutura do Estado e sociedade brasileiros e suas peculiaridades econômicas, sociais, políticas e culturais, em diálogo com o acúmulo do conhecimento construído pelo Serviço Social na consolidação de seu projeto profissional. O segundo desafio está na conexão entre os GTPs, com a identificação de suas configurações particulares e dos elementos constitutivos que os interconectam.

Em 2012, é publicada na *Temporalis* no. 24, a ementa que orienta as ações do GTPQAUASS, e um dos seus objetivos está em

Aprender a dinâmica atual da sociedade capitalista, que, historicamente, engendra o agravamento das desigualdades sociais geradoras de situações de pauperismo tanto no campo quanto na cidade e que promove o uso predatório dos recursos ambientais tem se revelado desafio incontornável para a área de serviço social, impondo-nos o exercício permanente da reflexão crítica contra as violações dos direitos, a mercantilização das cidades e da intensificação da desigualdade social por meio de uma estrutura fundiária que concentra terra, riqueza e renda (2012, p. 463).

Em outras palavras, impõe-se considerar as profundas modificações ocorridas nas relações estabelecidas entre capital e trabalho, nos processos de superprodução e expropriação dos recursos naturais e superexploração da força de trabalho, que estão na base da acumulação capitalista sob a racionalidade neoliberal, e revelam contradições que atravessam a sociedade brasileira nas diferentes manifestações da questão social. E tendo em vista as particularidades e os dilemas da questão nacional, as análises dessas contradições permitem apreender que, no contexto do capital, as dimensões agrária, urbana e ambiental se desdobram numa questão, cujas explicações devem privilegiar as matrizes da formação social brasileira, tais como o uso extensivo da terra, a vocação agrária pela via dos grandes latifúndios, as origens escravocratas e a racialização de parte significativa da população brasileira, a urbanização moderna que se realiza em bases arcaicas, o modelo de degradação ambiental assumido pela burguesia nacional heterônima, o caráter predatório e extrativista dos recursos ambientais, os interregnos democráticos alternados por períodos de autoritarismo ditatorial, entre outros aspectos, para também identificar o que revelam de possibilidades futuras.

Um segundo objetivo orienta a organização do GTPQAUASS, subsidiando a proposição de eixos analíticos,

Aprofundar a construção de fundamentos teórico-metodológicos, em uma perspectiva de totalidade, para embasar a análise crítica das expressões da questão social no âmbito da questão agrária, urbana e ambiental, em sua materialidade na realidade brasileira, bem como sobre as estratégias de intervenção profissional nestes campos (TEMPORALIS No. 24, 2012, p. 464).

Nesses termos, é reforçado o desenvolvimento da perspectiva afirmada nas Diretrizes Curriculares no entorno dos três núcleos de fundamentação para a formação profissional – formação sócio-histórica da sociedade brasileira, vida social e trabalho profissional - com vistas a subsidiar a apreensão da sociedade brasileira e as particularidades da produção e reprodução social sob as relações fundamentais de classe, gênero e raça, conhecimentos que confluem para o exercício da/o assistente social.

A ementa se desdobrou em quatro eixos: determinações estruturais e históricas da questão urbana, agrária e ambiental no Brasil: a luta de classes como mediação; o papel do Estado e as políticas públicas no campo e na cidade; invisibilidade ou visibilidade negativa dos movimentos sociais de luta pela terra na cidade e no campo; a atuação do Serviço Social em face das refrações da questão agrária, urbana e ambiental: possibilidades e limites. Nos argumentos elaborados para subsidiar a ementa, sustenta-se a relação dialética entre as dimensões como fundamental para construir reflexões críticas na área do Serviço Social, numa perspectiva de totalidade.

A necessária compreensão da realidade na perspectiva da totalidade apontada desde aquele período é recolocada recentemente como um dos desafios para a articulação teórico-política das dimensões agrária, urbana e ambiental na formação profissional. Em outras palavras, os impactos destrutivos no emprego, nos salários e nos sistemas de proteção social desafiam o Serviço Social, nestes tempos de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), a compreender, analisar e construir explicações sobre a realidade social brasileira, identificando suas múltiplas determinações políticas, econômicas, culturais e sociais, numa perspectiva de totalidade (BEZZERA et al. 2018, p. 80).

Em 2016, o amadurecimento intelectual nas produções dos pesquisadores do GTPQAUASS apontou a necessidade e a relevância de se continuar debatendo sobre a articulação e a integração entre as dimensões, haja vista algumas

particularidades que identificavam dificuldades nesse movimento, exercício que se desdobrou para uma releitura da ementa de 2012, além de outras estratégias como a reafirmação da articulação entre os GTPs, nas oficinas e encontros regionais; a presença dos GTPs na Comissão Científica para a construção do ENPESS; a integração da coordenação dos GTPs com as representações regionais. As dificuldades foram identificadas na maior presença da dimensão urbana no debate acadêmico e profissional; a dimensão agrária aparece relacionada à dimensão ambiental e, por vezes, vinculada a investimentos de políticas públicas no campo; a dimensão ambiental aparece regionalizada no debate, com maior incidência na região norte do país. Interpretações dessas dificuldades mostraram também a submissão do exercício profissional à fragmentação da realidade, pela via das normativas e legislações estabelecidas pelas políticas sociais, tornando o trabalho profissional limitado, pragmático, sem mediações, limitações acirradas pela pouca visibilidade atribuída aos sujeitos políticos.

Após 10 anos de existência do GTPQAUASS, com alternância das gestões que ocorre no espaço do ENPESS a cada dois anos, relatórios elaborados pelas coordenações têm sistematizado uma agenda de trabalho densa e profícua, compromissada política e eticamente, que traduz, nos seus relatos, as tensões nas relações estabelecidas seja nos espaços acadêmicos, seja nos espaços do exercício profissional. Assim, os relatórios das diversas gestões cumpriram certos requisitos: apresentação das produções coletivas dos pesquisadores, buscadas em várias fontes; sínteses dos encontros científicos e de eventos da categoria profissional; reflexões oriundas de atividades desenvolvidas no interior do GTP e em diálogo com os outros GTPs. Faremos uma breve síntese destes relatórios, a seguir.

2.1 Um caminho que se fez no caminhar

Destacaremos alguns dos principais aspectos elencados nos relatórios das gestões, com vistas a dar visibilidade ao trabalho que tem sido executado pelo GTPQAUASS. Os conteúdos que balizam esta apresentação inicial estão expressos nos relatórios do GTP elaborados nos períodos de 2011-2012, 2013-2014, 2015-

2016, 2017-2018 e 2019-2020. Conteúdos esses que apontam pistas para reflexões mais aprofundadas sobre tendências da produção de conhecimento em Serviço Social na área de estudos e pesquisas que aglutinam as dimensões agrária, urbana e ambiental na dinâmica social (BEZERRA et al., 2018), tendo em vista a defesa do tripé ensino, pesquisa e extensão e indicativos para a formação profissional.

Na gestão 2011/2012, nas atividades iniciais do GTPQAUASS, foi realizado um levantamento dos programas de Pós-Graduação em Serviço Social e suas afinidades com as temáticas do GTP. Com muitas dificuldades encontradas, haja vista as diferenças nas informações socializadas pelos programas e no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, muitas delas incompletas, foram identificados 21 programas e 63 grupos de pesquisas, destacando-se a Região Leste, com 7 programas e 24 grupos de pesquisa. Levantou-se também a produção dos programas abrangendo os anos de 2000 a 2011, o que se traduziu em 43 teses, 189 dissertações relacionadas às temáticas do GTP, sendo que o número maior de teses foi da Região Sul II e de dissertações foi da Região Norte. Não há informações qualitativas sobre esse conteúdo produzido.

Na gestão 2013/2014, organizou-se a complementação do mapeamento dos dados junto ao diretório de grupos de pesquisa no CNPq e nos currículos lattes dos docentes, processo que requer um movimento permanente de atualização, como se verá nos relatórios posteriores. Foi feito um esforço de construir listas de contatos com pesquisadores por email, processo que tem mostrado um baixo nível de retorno por parte deles. Para além da realização do colóquio do GTP, que passa a fazer parte da agenda dos ENPESS, as ações foram direcionadas para a participação na assessoria temática do Encontro de Pesquisadores, com a respectiva sistematização de questões relacionadas aos trabalhos apresentados no evento.

A realização do colóquio do GTP, durante o ENPESS, foi fundamental para problematizar e refletir sobre a tendência da pesquisa e da produção do conhecimento referidos às dimensões do GTP. Alguns desafios foram ressaltados no debate: a continuidade do adensamento da abordagem que fortalece a integração das dimensões, a preocupação na forma de materializar a perspectiva de totalidade a partir das dimensões agrária, urbana e ambiental nas Diretrizes

Curriculares, a frágil presença dos sujeitos sociais no âmbito da produção do GTP, além de uma presença residual do Serviço Social no debate.

Destacamos, do relatório apresentado, a tendência de apresentar o exercício profissional no âmbito das políticas públicas; uma predominância das reflexões conceituais sobre temas transversais à questão urbana, o que implica na necessidade de avançar na reflexão conceitual das questões agrária e ambiental no Serviço Social; a denúncia às violações de direitos aparecem haja vista a implantação de grandes projetos urbanos para responder demandas da Copa do Mundo realizada no Brasil; remoção de moradores diante da expansão das empresas capitalistas e conflitos pela terra. Por outro lado, observou-se pouca expressividade da relação das dimensões do GTP com as lutas sociais.

O relatório de 2015/2016 indica avanços e desafios da consolidação do GTP junto à categoria e demais estudiosos das temáticas. Aponta a importância do conhecimento dos sujeitos que compõem a classe trabalhadora e suas particularidades estruturantes como raça e gênero, em um país como o Brasil, de sociabilidade escravocrata e higienista, que criminaliza a tudo que foge de padrões heteronormativos. Representantes da coordenação participaram, no início da gestão, da reunião da diretoria ampliada e com os GTPs, quando se enfatizou a relação orgânica com a ABEPSS.

Como ações, durante os dois anos, fez-se o levantamento do estado da arte da produção de pesquisas e estudos no campo temático do GTP; a partir de consulta nos documentos CAPES, sistematizou-se teses e dissertações produzidas referidas às temáticas do GTP; fez-se o mapeamento dos grupos e linhas de pesquisa; sistematizou-se os trabalhos apresentados nos CBAS e ENPESS, de 2004 a 2014, demonstrando que há um crescimento quantitativo de trabalhos apresentados; foi realizada a leitura e avaliação dos trabalhos apresentados para o ENPESS 2016, ampliando essa avaliação para os trabalhos apresentados no ENPESS 2014, para apreender os rumos dos debates; houve a participação na comissão científica do XV ENPESS e foram realizados dois encontros/colóquios durante o ENPESS.

Nos debates, quando esse material foi apresentado, foram ressaltados alguns

elementos: permanece a referência institucional às requisições do Estado e às demandas postas pelas políticas públicas; aumenta a referência a violações de direitos e à presença dos sujeitos políticos (que estavam ausentes em anos anteriores); nota-se um campo de produção de pesquisas sobre desastres. Por outro lado, discutiu-se também a importância de se debater determinadas terminologias, a exemplo de socioambiental e ambiental – não há consensos ou concordâncias na sua conceituação - e colocou-se o desafio de se avançar nos seus fundamentos. E uma demanda permanece recorrente: aprimorar a comunicação entre o GTP e os pesquisadores.

O relatório apresentado pela gestão 2017/2018 faz referências, inicialmente, aos elementos que marcaram uma conjuntura econômica regressiva com relação aos direitos, diante do realinhamento neoliberal do processo de acumulação do capital e da emergência de uma nova direita que avança institucionalmente a partir do golpe parlamentar-midiático que depôs a presidenta Dilma Rousseff em 2016. A Emenda Constitucional no. 95, aprovada pelo Congresso Nacional em 2016, determina cortes significativos nos gastos sociais e em outras áreas vitais para o país, dando vazão a um neoliberalismo de cariz ultradireita e traços fascistas, que culminou na eleição de Jair Bolsonaro para a presidência do país em 2018. Destaca o acirramento da violência no campo e na cidade, nos despejos, na criminalização dos movimentos sociais, no extermínio da juventude negra, na degradação ambiental, na restrição aos recursos para a cultura, meio ambiente e educação.

A coordenação participou da reunião de planejamento da diretoria ampliada, com as representações dos GTPs, com discussões que tiveram como objetivo avançar nos debates e articulações das intersecções e da transversalidade das temáticas. Várias ações foram relatadas, enfatizando um processo iniciado pelas gestões passadas, tendo em vista a continuidade e complementação das informações sobre as produções acadêmicas e científicas nas temáticas do GTP. Outras ações se somaram a estas: recriação do grupo de emails do GTP; divulgação de eventos relativos às temáticas do GTP; produção de notas e moções, denunciando ações de destruição dos direitos e criminalização de movimentos sociais, de expropriação dos recursos naturais; levantamento das disciplinas em

Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social articulados com programas de extensão.

Ressaltam-se três ações em termos da visibilidade e adensamento das pautas defendidas pelo GTPQAUASS: a construção de uma mesa compartilhada com os GTPs Trabalho, Questão Social e Serviço Social e Ética, Direitos Humanos e Serviço Social na Oficina Nacional da ABEPSS, em 2017; a construção e participação de uma mesa dos GTPs no ENPESS 2018, discutindo tendências, perspectivas e interfaces no Serviço Social; construção e realização do Colóquio do GTP, no ENPESS.

O debate que se seguiu ao colóquio indicou algumas ações e alguns desafios ao GTP: capilarização do GTP nas regiões da ABEPSS, atualização permanente dos dados que dão visibilidade à produção do conhecimento nas temáticas do GTP, elaboração de um mapa nacional com a localização dos grupos, núcleos de pesquisa e extensão. Como desafios, colocam-se o aprofundamento das relações das dimensões com os fundamentos teórico metodológicos, éticos políticos e técnico operativos e o exercício do diálogo interdisciplinar com outras áreas do conhecimento.

Na gestão 2019-2020, a coordenação do GTP, em reunião de planejamento com a coordenação ampliada, definiu os seguintes eixos de ação para o biênio: comunicação, produção e atualização de informações, rede de articulação interna e externa. Cabe ressaltar que a gestão viveu tempos sombrios, de muitas contradições que atravessaram o contexto contemporâneo nesse biênio, trazendo enormes desafios ao projeto de formação e trabalho profissional em Serviço Social e ao GTPQAUASS. As desigualdades na sociedade brasileira se intensificaram com a expropriação, criminalização e genocídio de corpos pretos e pobres das periferias das cidades, em tempos de sociabilidade neoliberal, em que as relações de dominação e de dependência a um capitalismo sustentado na barbárie configuraram no Brasil uma crise civilizatória cujas características políticas, econômicas e sociais intensificaram violações de direitos.

Ainda em 2019, três reuniões da coordenação do GTPQAUASS foram realizadas presencialmente: no III Congresso Internacional de Política Social e

Serviço Social e III Congresso do Direito à Cidade e Justiça Ambiental/UEL, em Londrina e no 16º. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em Brasília. Em Londrina, foi realizada uma reunião com a coordenação ampliada, para as primeiras tratativas sobre uma proposta de georreferenciamento dos grupos de pesquisa e extensão.

A coordenação participou da Oficina Nacional da ABEPSS, em dezembro de 2019, em Campinas, cujo tema foi “Projetos de Educação no Brasil: impactos do avanço do conservadorismo”, ocasião em que foi apresentado um texto elaborado pela mesma. Ainda durante a Oficina, foi realizada uma reunião nacional de planejamento da ABEPSS com os GTPs, quando se discutiu a produção de um documento, pelos GTPs, para subsidiar a ABEPSS em uma produção de material que terá o papel de orientar as UFAS na implementação das Diretrizes Curriculares.

A partir de 2020, o mundo mudou com a presença do vírus do Covid-19. Desigualdades e opressões oriundas de uma crise econômica em curso desde o fim dos anos 2000 foram acirradas pela crise sanitária provocada pelo Covid-19, quando morreram, desde seu início em fevereiro de 2020 até fins de julho de 2022, 6.415.538⁴ pessoas no mundo. No Brasil, são 678 mil mortes nesse mesmo período.

A contaminação pelo vírus do Covid-19 exigiu distanciamento físico e adequações foram feitas para o desenvolvimento das atividades planejadas pelo GTP a partir dos três eixos. Assim, foram realizadas reuniões on line, da coordenação do GTP e com a coordenação ampliada; foi organizado um grupo no Whatsapp, para dinamizar o contato com os membros do GTP, além da continuidade do uso do email; foi realizada uma live, integrando o Programa ABEPSS ao Vivo, que ocorreu em agosto de 2020, com o tema “A questão ambiental e indígena em tempos de pandemia”.

Foi criado um grupo de trabalho para a elaboração de um documento do GTPQUASS sobre as Diretrizes Curriculares, que deverá se orientar pelos pressupostos teóricos metodológicos da totalidade, da não fragmentação das diferentes dimensões do GTP na análise da realidade da vida social e das relações sociais. Além disso, o GTP deu continuidade ao levantamento dos trabalhos

4 Worldmeters: Disponível em: <https://www.worldometers.info/coronavirus>. Acesso em 29/07/2022.

referidos às temáticas agrária, urbana e ambiental, nos Anais do ENPESS de 2018.

Finalizando, reiteramos que esses apontamentos sobre as diversas gestões do GTPQAUASS, de 2011 a 2020, pretenderam sinalizar brevemente preocupações e avanços que têm alimentado as ações das diferentes gestões, desafiando pesquisadores, docentes, estudantes e profissionais na reinterpretação das dimensões numa perspectiva de totalidade.

3 CONCLUSÃO

A leitura dos relatórios de gestão, elaborados pelas diversas coordenações no decorrer dos últimos dez anos de GTPQAUASS, além de outros documentos produzidos durante as gestões, coloca-nos frente a necessidade de buscar chaves analíticas para compreender e explicar os fenômenos que atravessam as dimensões agrária, urbana e ambiental, na sua relação com a totalidade social. Nos relatos e reflexões construídas observou-se o quão importante é identificar as mediações que materializam essa relação. São fenômenos complexos e é tarefa do GTPQAUASS, na coordenação de pesquisadores, docentes, estudantes e profissionais, aglutinar estratégias tendo em vista o avanço das forças conservadoras e do pacto fisiologista e patrimonialista que se impõe sobre a sociedade brasileira. Temos que discutir sobre a ideologia do desenvolvimento capitalista no campo, na cidade e na floresta, as desigualdades sócio territoriais e regionais e seus significados econômicos e políticos, o Estado e as políticas sociais, as relações de trabalho, de expropriação e de exploração de homens e mulheres no campo, na cidade e na floresta, a organização produtiva dos trabalhadores, a emergência dos conflitos fundiários, sociais, territoriais, étnicos. Em síntese, temos que produzir conhecimentos sobre a realidade social, alimentados por valores éticos e políticos que sustentam o projeto profissional das/os assistentes sociais. Há muito que caminhar.....

REFERÊNCIAS

ABEPSS. A ABEPSS e o Fortalecimento da Pesquisa na Área de Serviço Social:

a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs). ABEPSS, novembro de 2009

ABEPSS. **Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Aprovado em 2008 e alterações aprovadas em assembleia geral extraordinária em 2017

ABEPSS. www.abepss.org.br (Link: Grupos Temáticos de Pesquisa). Acesso em 22 de agosto de 2022

BARROS, Ilena Felipe; GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Questão agrária e urbana no Brasil contemporâneo in MEDEIROS, Evelyne; NOGUEIRA, Leonardo; BEZERRA, Lucas (orgs.) **Formação social e serviço social: a realidade brasileira em debate**. 1ª. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2019

BEZERRA, Cristina S. (UFJF); SANTANA, Joana V. (UFPA); DINIZ, Tânia M.R.G. (UNIFESP); PEREIRA, Tatiana D.(UFF). **Relatório Gestão GTP Questão agrária, urbana e ambiental. 2013-2014**.

BEZERRA, Cristina S. (UFJF); SANTANA, Joana V. (UFPA); DINIZ, Tânia M.R.G. (UNIFESP); PEREIRA, Tatiana D. (UFF); SILVA, Maria das Graças. **Relatório Gestão GTP Questão agrária, urbana e ambiental. 2015-2016**.

BEZERRA, Cristina S. (UFJF); SANTANA, Joana V. (UFPA); SANTOS, Suenya. **Relatório Gestão GTP Questão agrária, urbana e ambiental. 2017-2018**.

CARDOSO, Isabel; SANTANA, Raquel; SANTOS, Suenya. ABEPSS. **GTP Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social**. Dezembro de 2020

CARLOS, Ana Fani Alissandri (org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996

COELHO, Perci; DALMORO, Maristela GRAÇA e SILVA, Maria das. **Apresentação ENPES, GTP Questão agrária, urbana e ambiental, 2012**. (Apresentação em software PowerPoint disponibilizada pelos autores)

IANNI Octavio. **As origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IANNI Octavio. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992

LEWGOY, Alzira M.B.; SANTOS, Claudia M.; GUERRA, Yolanda A. D. **Grupos Temáticos de Pesquisa – GTPs/ABEPSS gestão 2011- 2012**. "Reafirmar Conquistas e Permanecer na Luta".

MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis,

RJ: Vozes, 2001

TEMPORALIS, no. 24. Brasília-DF:ABEPSS, jul-dez 2012.